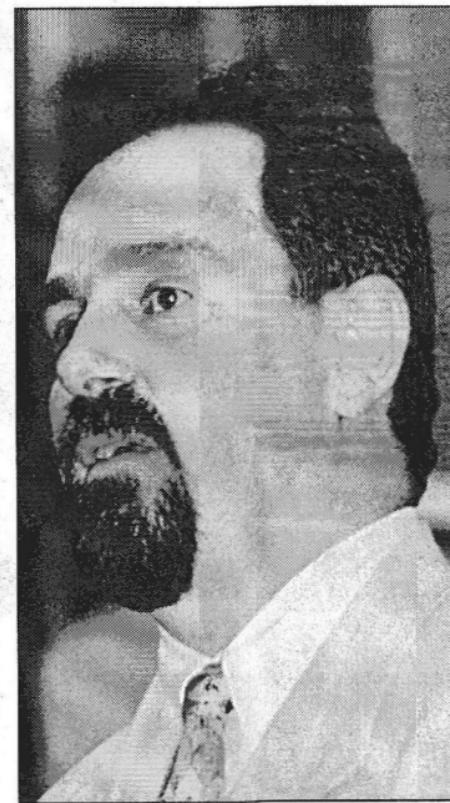


# Oposição cobra imposto para grandes fortunas

**O**S PARTIDOS de oposição programaram para amanhã no Congresso um ato contra o pacote de ajuste fiscal de emergência anunciado pelo Governo. Deverão participar os principais dirigentes oposicionistas, como o presidente nacional e o presidente de honra do PT, José Dirceu e Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do PDT, Leonel Brizola, além de senadores e deputados que combatem o Governo. Do lado de fora do Congresso a Central Única dos Trabalhadores (CUT) fará um protesto contra as reformas.

O líder das oposições no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE), disse que o primeiro sinal "da falta de seriedade do Governo", ao lançar o pacote, foi dado quando o presidente Fernando Henrique Cardoso se "esqueceu" de incluir entre as medidas o projeto de lei que cria o imposto sobre as grandes fortunas. "Por acaso o projeto é de autoria do então senador Fernando Henrique Cardoso", afirmou Dutra. O senador afirmou ainda que o corte de apenas 3% nos incentivos fiscais, em um total de R\$ 17 bilhões, "é uma quantia ridícula".

O líder do PT na Câmara, José Machado (SP), anunciou para hoje uma reunião da bancada do partido para verificar a forma de combater o pacote a partir do Congresso. Para Machado, além da ausência do imposto sobre as grandes fortunas faltaram medidas tributáveis para promover a distribuição de renda. "Estas que foram anunciadas só concentram a renda", disse ele. O deputado José Maurício (PDT-RJ) disse que hoje ingressa com ação popular no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o pacote de medidas. "Só os trabalhadores vão pagar o pato", afirmou ele.



**Dutra: "Falta de seriedade"**

**Objetivo** - O deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG), um dos maiores especialistas em orçamento entre todos os deputados, disse que as medidas tiveram um objetivo só: compensar os US\$ 20 bilhões que o aumento dos juros vai causar na dívida interna, em 98. "A Tailândia, o país mais afetado pela quebra nas bolsas da Ásia, está pagando juros anuais de 22%; o Brasil vai pagar a taxa absurda de 43%", afirmou o parlamentar.

Sérgio Miranda disse ser "falso" o anúncio do Governo de que não haverá corte na área social. "O Governo vai cortar R\$ 300 milhões da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas)", afirmou. "Nem a pobreza da pobreza, nem os miseráveis dos miseráveis escaparam, porque a assistência social existe para garantir renda de pouco mais de R\$ 15 para as famílias abaixo da linha da miséria".